

**LEI Nº 867, DE 07 DE JUNHO DE 2024.**

**INSTITUI AS DIRETRIZES GERAIS A SEREM OBSERVADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA – ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art. 205 da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 34, § 1º e 2º da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, e com a Lei nº 655 de 2016, que institui o Sistema Municipal de Ensino, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta lei define diretrizes gerais e serem observadas na implementação da Política de Educação Integral em Escola de Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino do Município de Pedra Branca-CE.

**Parágrafo Único:** A política define diretrizes e as concepções que contemplam o conjunto de ações que dela derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias.

**Art. 2º** - A Escola de Tempo Integral para uma educação integral na Rede Municipal de Ensino de Pedra Branca-CE, terá como principais objetivos:

- I. Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capaz de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;
- II. Adequar as condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;
- III. Atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades para construir conhecimentos;
- IV. Oferecer aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e comunitária;

- V. Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;
- VI. Proporcionar aos estudantes condições de desenvolvimento pessoal, possibilitando alternativas de ação no campo social, cultural e esportivo;
- VII. Aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, de estratégias de ensino e de avaliação, a fim de possibilitar a aprendizagem dos estudantes;
- VIII. Promover a equidade educacional: situação de justiça sobre o acesso, os processos e resultados educacionais entre diferentes grupos sociais na qual a distribuição de investimentos e esforços das políticas públicas minimiza ou compensa os efeitos das desigualdades estruturais que se manifestam na sociedade.

**Art. 3º - São diretrizes da Política de Educação Escolar em Tempo Integral:**

- I. A expansão gradativa das matrículas e escolas em tempo integral orientada pela concepção da educação integral;
- II. O currículo da educação em tempo integral comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;
- III. A superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno para um currículo integrado e integrador de experiências;
- IV. A constituição de referencial para a educação em tempo integral que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;
- V. A melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas

de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais, quilombolas, indígenas, diferença de gênero e socioculturais da comunidade escolar;

- VI. A utilização de material didático e pedagógico contextualizado, significativo e acessível;
- VII. O fomento e valorização de práticas educativas orientadas por uma perspectiva interdisciplinar, com superação da fragmentação dos conhecimentos com as práticas sociais e da vida cotidiana;
- VIII. A interação escola x comunidade social, na perspectiva do reconhecimento, da valorização e da mobilização dos saberes e das práticas socioculturais vivenciadas no seu entorno;

**Art. 4º** - A educação integral visa à formação integral do estudante independente do tempo de permanência na escola e, a escola de tempo integral, pode ser um dos caminhos para efetivar a educação integral eficiente, uma vez que esta oferece mais tempo disponível para os estudantes, professores, demais profissionais da educação e de outros agentes sociais, que podem contribuir com a escola.

**Parágrafo Único:** A escola de tempo integral é aquela que oferece uma carga horária mínima igual ou superior a 7 horas diárias e 35 horas semanais, com atendimento diário aos estudantes, garantindo o efetivo tempo de aprendizagem, incluindo nesse período o tempo destinado as atividades didático pedagógicas, distribuídas nas disciplinas da base comum curricular, base diversificada e componente curriculares eletivos.

**Art. 5º** - As instituições escolares em tempo integral, deverão desenvolver uma proposta pedagógica que atenda às seguintes características:

- I. Currículo flexível, com vistas a oferecer itinerários formativos diversificado e em diálogo com os projetos de vida de seus estudantes e articulado com o desenvolvimento de competências socioemocionais;
- II. Garantia dos direitos de aprendizagens e desenvolvimento das crianças;

- III. Maior envolvimento da comunidade e da família dos alunos nas atividades escolares;

**Art. 6º** - A implementação do tempo integral nas escolas e nas instituições de educação infantil, ou turmas de tempo integral ocorrerão gradativamente na rede pública de ensino municipal de Pedra Branca e considerará:

- I. As etapas da educação básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- II. As condições físicas das instituições de ensino da rede pública municipal que dispõe de infraestrutura;
- III. A defasagem de aprendizagem de estudantes em determinada etapa, será considerada quando a escola não puder atender todos os alunos, e assim, priorizará os assuntos com maior déficit de aprendizagem, a fim de promover a equidade;
- IV. Será prioridade no ensino fundamental I e II e educação infantil os estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e déficit de aprendizagem.

**Art. 7º** - As escolas que vierem oferecer educação em tempo integral deverão adequar seus Projetos Políticos Pedagógicos – PPP e seu Regimento Institucional, os quais refletirão as concepções da proposta pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização, devendo contemplar diretrizes como:

- I. Apresentar os fins e os objetivos da educação integral em escolas de tempo integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidos;
- II. Explicitar as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral de escola em tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;
- III. Fundamentar a concepção para a educação integral nesta escola, a integração das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares da base nacional comum com os componentes curriculares e projetos da parte diversificada, os planos de estudo que contemplam a matriz curricular adotada e os planos de trabalho dos professores e demais profissionais;

- IV. Descrever a metodologia utilizada pela escola;
- V. Apontar os critérios de organização da escola: especificando em seu regimento escolar, matrícula, calendário escolar, organização das turmas de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas e registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle de frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, avanço, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação.

**Parágrafo Único:** A Secretaria Municipal de Educação deverá estruturar sua política educacional de tempo integral.

**Art. 8º** - Cabe ao poder público municipal a instituição e manutenção da política educacional de tempo integral por meio de sua efetivação e bases legais.

**Parágrafo Único:** A educação em tempo integral será estruturada inicialmente pela Secretaria Municipal de Educação de Pedra Branca, por meio de parcerias com o Governo do Estado do Ceará, através do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC Integral, com o Governo Federal, via Programa Escola Tempo Integral e através da prefeitura municipal de Pedra Branca-CE.

**Art. 9º** - Visando o alcance de resultados satisfatórios na implementação da política de educação em tempo integral, faz-se necessário:

- I. Fomentar a construção, consolidação e implantação da política pública de educação em tempo integral no município;
- II. Ampliar, adequar, orientar e acompanhar o processo da implementação da educação em tempo integral;
- III. Assegurar a manutenção das escolas e centros de educação infantil que ofertam educação em tempo integral;
- IV. Viabilizar o financiamento de projetos de ampliações, reformas e adequações dos espaços físicos das instituições de ensino da rede pública municipal que

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA**

passarem a integralizar a educação em tempo integral, garantindo espaços apropriados para o desenvolvimento das atividades;

- V. Garantir à alimentação dos estudantes das instituições de ensino em tempo integral.

**Art. 10. - Compete à Secretaria Municipal de Educação:**

- I. Orientar e acompanhar o processo de implantação das instituições de ensino em tempo integral, envolvendo a comunidade escolar, a família e a sociedade em geral sobre a necessidade e a importância da educação em tempo integral;
- II. Proporcionar formação continuada aos profissionais de educação em tempo integral possibilitando educação de qualidade e a valorização profissional;
- III. Assessorar pedagogicamente e conjuntamente com a coordenação pedagógica do município e a coordenação do projeto, a elaboração, execução e acompanhamento das propostas curriculares da Base Nacional Comum Curricular, Base Diversificada e Componente Curriculares Eletivos;
- IV. Orientar as instituições de ensino na execução e implementação da escola em tempo integral;
- V. Garantir os profissionais necessários para o desenvolvimento das atividades da educação infantil em tempo integral, inclusive auxiliar de sala para as turmas com quantitativo acima de 20 alunos para a pré-escola e acima de 15 alunos para as turmas de creche;
- VI. Traçar metas anuais e plurianuais de implementação da política de educação em tempo integral;
- VII. Elaborar projeto anual de melhorias na infraestrutura das escolas com aquisição de equipamentos e mobiliário, construções, ampliações e adequações das unidades escolares com ofertas da educação em tempo integral;
- VIII. Garantir o transporte escolar para todos os alunos, que deles precisem, para chegar até a escola, o mesmo é concebido ao aluno matriculado e frequente

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA**

em escola da rede municipal, que esteja localizada a uma distância mínima de dois quilômetros do seu endereço de origem.

**Art. 11. -** Compete às escolas:

- I. Adequar seus regimentos internos e proposta pedagógica ao contexto de educação em tempo integral;
- II. Ter um plano escolar próprio, o qual refletirá as concepções da proposta pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização, nos termos do Art. 7º desta lei;
- III. Operacionalizar as ações da escola em tempo integral, in loco, garantindo a efetivação da proposta e acompanhando os resultados;
- IV. Acompanhar a frequência dos estudantes a serem contemplados com a educação em tempo integral;
- V. Adequar os espaços existentes no ambiente escolar ou extras escolares que possam favorecer a implementação e efetivação das atividades propostas no projeto;
- VI. Adequar e fazer os devidos ajustes, de acordo com a legislação vigente, na escrituração da documentação escolar do aluno.

**Art. 12. -** Os casos omissos serão resolvidos por Resolução do Conselho Municipal de Educação.

**Art. 13. -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Pedra Branca, em 07 de Junho de 2024.

**Matheus Pereira Mendes**  
*Prefeito Municipal de Pedra Branca/CE.*

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 070601/2024**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA**, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 062 de 19 de abril de 1999, no Artigo 131 da Lei Orgânica e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, tendo em vista a ausência de Diário Oficial nesta municipalidade, autoriza a publicação por afixação em flanelógrafo da **LEI Nº 867, DE 07 DE JUNHO DE 2024**.

CUMPRA-SE.

Paço da Prefeitura Municipal de Pedra Branca, aos 07 de Junho de 2024.

**Matheus Pereira Mendes**  
*Prefeito Municipal de Pedra Branca/CE*



### **CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

**CERTIFICO** para os devidos fins que a **LEI Nº 867, DE 07 DE JUNHO DE 2024** foi publicada por afixação em flanelógrafo na sede desta Prefeitura Municipal em **07 de Junho de 2024**, nos termos da Lei Municipal nº 062 de 19 de abril de 1999, no Artigo 131 da Lei Orgânica, em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição de Estado do Ceará, e do Edital de Publicação nº 070601/2024.

Paço Municipal da Prefeitura de Pedra Branca – CE, aos 07 de Junho de 2024.

**Matheus Pereira Mendes**  
*Prefeito Municipal de Pedra Branca/CE*